



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

KARINA JULIA TAVARES

**LEVANTAMENTO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA
BRAPCI**

**JOÃO PESSOA
2025**

KARINA JULIA TAVARES

**LEVANTAMENTO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA
BRAPCI**

Artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento.

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T2311 Tavares, Karina Julia.

Levantamento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na BRAPCI / Karina Julia Tavares. - João Pessoa, 2025.

26 f. : il.

Orientação: Genoveva Batista do Nascimento.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Inclusão digital. 2. Acessibilidade. 3. Transtorno do espectro autista- TEA. 4. Bibliotecas. I. Nascimento, Genoveva Batista do. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02(043)

KARINA JULIA TAVARES

Artigo científico apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Dra. Genoveva Batista do Nascimento

Aprovado em: 08/05/2025

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO
Data: 19/05/2025 17:24:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento
(Orientadora – DCI/UFPB)

Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho
Examinadora – DCI/UFPB

Profa. Ma. Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro
Examinadora – IFPB/João Pessoa

Dedico este trabalho à minha mãe, que é sinônimo de força e resiliência. Às minhas irmãs, que são fruto do amor e do cuidado de Jesus. E a todos aqueles que personificam o amor, a coragem e a resistência, inspirando com sua força e singularidade.

AGRADECIMENTOS

Santa Teresa d'Ávila dizia: “É muito justo que muito custe o que muito vale.” Essa frase ecoava em meu coração e acompanhou-me durante todos os desafios e percalços do caminho. Hoje, palavras são insuficientes para render graças e louvores ao Deus que me amou com uma intensidade que ultrapassa todo o entendimento humano. Foi por Seu amor e bondade que cheguei até aqui e encerro mais um ciclo.

À Santíssima Virgem das Graças, sinal de cuidado e misericórdia, agradeço: foi por sua intercessão e é por sua graça que permaneço firme.

À minha mãe, Josefa Julia Tavares, que é sinônimo de resistência e fé, e que me ensinou que a fé e o caráter são valores inegociáveis — obrigada por suas orações, por tudo e por tanto.

Às minhas irmãs, Denise Julia Tavares da Silva e Karolina Julia Trigueiro, que me lembram todos os dias que o amor e a união sustentam até os dias mais difíceis.

Aos meus sobrinhos, Werbm Luiz Tavares da Silva e Wessiley Tavares da Silva, que são luz em minha vida.

À amiga de uma vida inteira, Maiara Barbosa da Silva, que foi luz nos dias escuros e sorriso nos dias de alegria. Obrigada pelas tardes, conversas e chocolates em frente de casa. Obrigada por ser sinal do Eterno em minha caminhada — obrigada por tamanha lealdade e por acreditar em mim, quando eu já não acreditava.

Aquela que é sinal do amor e da perseverança de Jesus em minha vida, que me ensinou que o deserto é lugar de passagem e não de permanência; que, em jejum e oração, sustentou por muitas vezes a minha fé, dobrando os joelhos em meu favor nas madrugadas — obrigada, Jennifer Evylin da Silva Camilo, por tanto amor.

Aos amigos que cativei e que me cativaram ao longo desta jornada desafiadora, em especial Jhonata Monteiro Cabral e Pietro Nikolai Oliveira Gomes: nossos cafés regados a risos e desabafos foram combustíveis inestimáveis.

À minha orientadora, Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento e as professoras examinadoras da banca pelas contribuições na partilha do aprendizado mútuo e coletivo.

Aos professores que compõem o Departamento de Ciência da Informação, do curso de Biblioteconomia por toda partilha ao longo desses cinco anos de graduação.

À Universidade Federal da Paraíba, pelo acolhimento e por ter sido cenário de superação, aprendizado e transformação em minha história.

Encerro estes agradecimentos com lágrimas nos olhos, recordando a canção "Caminhos do Coração", de Gonzaguinha, que sabiamente diz:

"E aprendi que se depende sempre / de tanta, muita, diferente gente / Toda pessoa sempre é as marcas / das lições diárias de outras tantas pessoas."

A cada pessoa que cruzou o meu caminho, deixou uma marca em minha história e ajudou a construir quem sou hoje: minha eterna gratidão. Que este seja apenas mais um passo de muitos na jornada que Deus tem para mim.

“Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia”.

Carolina Maria de Jesus

LEVANTAMENTO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA BRAPCI

RESUMO

O artigo apresenta produções por meio de um levantamento sobre inclusão digital e acessibilidade sob a perspectiva da inclusão de usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O estudo destaca a importância da democratização da informação como um direito universal. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, fundamentada em um levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 2014 a 2024. Os resultados indicam que, embora existam produções que abordem a inclusão digital e a acessibilidade, não foram localizados estudos que tratem especificamente das necessidades de usuários no espectro autista. Conclui-se que é necessário ampliar as discussões sobre a neurodiversidade com ênfase na inclusão digital, promovendo assim, o acesso à informação e aos produtos e serviços ofertados pelas unidades de informação, em especial as bibliotecas.

Palavras-chave: Inclusão digital; acessibilidade; transtorno do espectro autista – TEA; bibliotecas.

BRAPCI SURVEY ON AUTISM SPECTRUM DISORDER (TEA)

ABSTRACT

The article presents findings based on a survey about digital inclusion and accessibility from the perspective of including users with Autism Spectrum Disorder (ASD). The study highlights the importance of the democratization of information as a universal right. This is an exploratory and descriptive research, based on a bibliographic survey conducted in the Information Science Database (BRAPCI) from 2014 to 2024. The results indicate that, although there are studies addressing digital inclusion and accessibility, no research was found that specifically focuses on the needs of users on the autism spectrum. It is concluded that there is a need to expand discussions on neurodiversity with an emphasis on digital inclusion, thereby promoting access to information, products, and services offered by information units, especially libraries.

Keywords: Digital inclusion; accessibility; autism spectrum disorder - ASD; libraries.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é, de fato, um dos pilares centrais da Biblioteconomia, que visa não apenas a organização, preservação e disseminação do conhecimento, mas também a garantia de que todos os indivíduos, sem exceção, possam acessar e usufruir dos recursos informacionais disponíveis nas bibliotecas. Esse princípio está intimamente ligado à ideia de democratização da informação, que busca assegurar que o conhecimento seja acessível a todas as camadas da sociedade.

Nesse contexto, a Biblioteconomia atua de maneira estratégica ao representar, classificar e indexar a informação, tornando-a localizável e compreensível para os diferentes perfis de usuários. Ou seja, não basta que a informação exista, ela precisa ser compreensível e relevante para o sujeito que a busca.

Além disso, a globalização e o avanço das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), ampliaram as formas de acesso ao conhecimento, exigindo das bibliotecas um papel mais ativo na mediação informacional.

Corroborando com este pensamento, Soares *et al.* (2015) destaca que as TDICs, englobam:

Uma gama de bases tecnológicas que possibilitam, a partir de equipamentos, programas e das mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos (Soares *et al.*, 2015, p. 3).

Nesse cenário de crescente conectividade e transformação digital, as bibliotecas precisam repensar constantemente seus papéis e estratégias de mediação da informação. O acesso não se limita mais apenas ao espaço físico ou a suportes tradicionais, mas exige dos profissionais da informação uma postura proativa diante das mudanças sociais e tecnológicas, principalmente quando a abundância informacional e as desigualdades se tornam barreiras de acesso. Essa visão é compartilhada por Reis (2008), ao destacar que:

No mundo globalizado, as novas tecnologias estão mudando o conceito de bibliotecas. A sociedade moderna demanda serviços integrados, customizados e interativos. Novos modelos de gerenciamento, processamento, armazenamento e disseminação da informação para o ensino e pesquisa surgem todos os dias. Em linha com o nosso tempo, a Biblioteca implementa o uso de novas tecnologias, visando maior comodidade e facilidade de acesso à informação aos seus usuários (Reis, 2008, p. 47).

Na sociedade, a acessibilidade e a inclusão digital são pautas indispensáveis no debate sobre igualdade e garantia de direitos, especialmente voltados aos usuários com Transtorno do

Espectro Autista (TEA). Segundo Mattos e Santos (2009), a inclusão digital “[...] seria um projeto estratégico, com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a disseminação dos recursos tecnológicos em diferentes setores da sociedade, possibilitando assim melhorias significativas para toda a população”. Nessa afirmativa, a empregabilidade de ações estratégicas para o fomento de políticas e recursos tecnológicos acessíveis que incluam todos e respeitem as especificidades individuais é uma necessidade imperativa.

Diante disso, surge a questão da investigação: as especificidades dos usuários com TEA são temáticas abordadas nas pesquisas na área da Biblioteconomia na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI)?

Para responder tal questionamento, elencamos como objetivo geral: Analisar as publicações sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na BRAPCI, considerando suas especificidades no contexto das bibliotecas. E como objetivos específicos a) Localizar as pesquisas acadêmicas sobre inclusão digital, acessibilidade e TEA; b) Apresentar essas produções; e c) Propor, a partir da interpretação das leis de Ranganathan, adaptações voltadas à acessibilidade para usuários com TEA.

Este estudo se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre acessibilidade informacional na Biblioteconomia, especialmente no que se refere à inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Observa-se uma escassez de pesquisas que abordem as necessidades específicas desse público, o que evidencia uma lacuna na literatura da área.

Além disso, o interesse pessoal por temas relacionados à inclusão e à acessibilidade, aliado à sensibilidade frente às demandas e as dificuldades enfrentadas por pessoas com TEA, motivou a escolha do tema. A partir desta pesquisa, espera-se contribuir com a construção de práticas bibliotecárias empáticas.

Assim, promover o acesso à informação é possibilitar que os sujeitos se apropriem do conhecimento, participem ativamente da sociedade e exerçam sua cidadania como um compromisso ético e social que ultrapassa a atuação na área da Biblioteconomia.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão caracteriza-se como exploratória e descritiva, com base em um levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 2014 a 2024. O estudo aborda temáticas relacionadas à acessibilidade, bibliotecas, inclusão digital e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Quanto ao tipo de pesquisa exploratória, Lösch, Rambo e Ferreira (2023), compreendem que o estudo “tem o objetivo de conhecer o fenômeno estudado tal qual ele se apresenta ou acontece no contexto em que está inserido”. Essa definição possibilita que o pesquisador compreenda aspectos ainda pouco explorados do fenômeno, considerando sua realidade.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, que, conforme Vergara (2019, p. 52), “tem como finalidade descrever características de determinada população, fenômeno ou a relação entre variáveis”. Nessa perspectiva, entende-se que o foco está na observação e caracterização detalhada da realidade, sem interferência direta. A ênfase está em compreender como os elementos se manifestam, permitindo uma análise estruturada e informativa.

Para Minayo (2012), a pesquisa bibliográfica, exige articulação entre os elementos que fundamentam a pesquisa, reforçando a importância da coerência metodológica, pois segundo a autora:

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados (Minayo, 2012 p. 622).

A abordagem qualitativa busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais por meio da análise das experiências, percepções e interações dos sujeitos envolvidos. Nesse tipo de investigação, o foco não está em quantificar dados, mas em interpretar significados e relações. A esse respeito, Minayo (2017) destaca que “Nesse sentido, pode-se dizer que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo (Minayo, 2017, p.10).

Essa perspectiva reforça que, em pesquisas qualitativas, o critério central da amostragem é a relevância dos participantes para a compreensão do fenômeno estudado. Portanto, deve priorizar a profundidade das informações obtidas e a diversidade de perspectivas do objeto de estudo.

3 INCLUSÃO DIGITAL

A inclusão digital configura-se como a garantia de que todo e qualquer indivíduo possa participar ativamente da sociedade caracterizada pelo fluxo constante de informações. Trata-se de um processo que não envolve apenas o acesso às tecnologias digitais, mas como essas

ferramentas são utilizadas. Nessa percepção, Barros et al (2023), afirmam que “a inclusão digital é um conceito multifacetado que envolve o acesso igualitário e a capacidade de uso eficaz da tecnologia digital para participar plenamente da sociedade da informação”.

Essa compreensão reforça o pensamento de Oliveira (2023), que diz que “a inclusão digital surge como um pilar central na era contemporânea, desbravando um caminho de oportunidades”. Nesse sentido, faz-se necessária a implementação de políticas e ações que promovam a igualdade digital, assegurando que diferentes públicos, com suas demandas informacionais, possam usufruir dessas ferramentas.

Os autores Barros *et al* (2023), corroboram afirmando que “a inclusão digital se refere à capacidade das pessoas de usar efetivamente as tecnologias digitais para acessar informações, participar da sociedade da informação e aprender”. Evidencia portanto, a importância da inclusão digital para o exercício da cidadania na sociedade da informação.

Este conceito compreende não apenas o acesso às Tecnologias Digitais, mas também, a capacidade de utilizá-las de forma eficaz para a aquisição de conhecimento. Deste modo, garantir o acesso igualitário às tecnologias é essencial para a promoção da acessibilidade e usabilidade.

4 O USUÁRIO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Na biblioteconomia, o usuário ocupa um papel central em todo o processo informacional, sendo a base para a organização, recuperação, disseminação e mediação da informação. Conhecer o perfil dos usuários para entender às suas necessidades informacionais e garantir a aplicação de meios alternativos para suprir suas demandas é fundamental, uma vez que o bibliotecário atua como agente e mediador da informação. No entendimento de Spudeit e Moraes (2018):

O foco nos sujeitos representa a perspectiva de proporcionar autonomia aos usuários, a fim de que possam construir suas próprias informações por meio de mediações, políticas, programas, projetos, eventos, cursos, serviços, produtos e aplicação de tecnologias da informação. É condição elementar na prática biblioteconômica prover o acesso para os sujeitos da informação em qualquer lugar em que estejam (escola, universidade, ambiente de trabalho, lazer, dentro da própria residência etc.), primando pela multiplicidade e opção do acesso presencial e/ou virtual (Spudeit; Moraes, 2018, p. 36).

Assim, compreender como as pessoas interagem com as tecnologias, produtos e serviços, permite o desenvolvimento de soluções e aprimora as interações, garantindo que as

necessidades e expectativas dos usuários sejam atendidas. Essa abordagem centrada no indivíduo é essencial para criar estratégias adaptáveis às complexidades da vida moderna.

Na sociedade contemporânea, onde o fluxo de informações cresce de maneira exponencial, torna-se necessário que os processos de organização e disseminação acompanhem as novas formas de acesso e utilização dessas informações. Nesse cenário, os espaços bibliotecários desempenham um papel significativo na promoção de um acesso democrático e igualitário para todos. Isso inclui, de maneira especial, a inclusão de pessoas autistas, que, muitas vezes, enfrentam barreiras invisíveis que dificultam sua participação no ambiente informacional digital e educacional.

Compreender o usuário com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da Biblioteconomia significa buscar entender suas demandas informacionais e as particularidades que influenciam seu modo de interagir com o ambiente em que está inserido.

No cotidiano, usuários com autismo enfrentam desafios significativos relacionados a barreiras de acesso à informação, não apenas no que diz respeito a questões tecnológicas, mas também no ambiente social. Um dos obstáculos mais impactantes é o preconceito e os estigmas sociais, que ainda marcam a forma como a comunidade em geral percebe e interage com as pessoas no espectro autista. Esses estigmas muitas vezes se originam a partir de ideias e falas equivocadas, construídas ao longo do tempo e sustentadas pela falta de compreensão sobre o autismo. Como resultado, muitos indivíduos com TEA são excluídos de espaços sociais, educacionais e informacionais.

Essa exclusão é, em grande parte, consequência da falta de conscientização e de empatia da sociedade em relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e às suas particularidades. A desinformação alimenta estigmas e restringe a participação dessas pessoas em espaços sociais – inclusive nas bibliotecas. Assim, quando a sociedade não compreende as diferenças presentes no espectro autista, acaba contribuindo com a marginalização deste público.

É fundamental reconhecer que, para os usuários com TEA, o ambiente informacional não deve ser apenas um local de acesso à informação, mas um espaço onde a diversidade é respeitada e valorizada.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), estima-se que 1 a cada 160 crianças apresenta Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa condição neurológica afeta o desenvolvimento da comunicação, socialização e do comportamento, variando de pessoa para pessoa.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta, geralmente, nos primeiros anos de vida e, é caracterizado por uma ampla diversidade de manifestações, incluindo dificuldades na comunicação verbal e não verbal até padrões restritos de interesse (OMS).

Para melhor compreender o espectro autista, é importante considerar os três diferentes níveis de suporte. Essa classificação é utilizada para indicar o apoio que a pessoa autista necessita em seu cotidiano e os níveis variam conforme as necessidades, permitindo um olhar individualizado e contribuindo para a oferta de estratégias de auxílio.

Quadro 1 – Níveis de Suporte no Espectro Autista

Nível I
Na ausência de apoio, há prejuízo social notável, dificuldades para iniciar interações, por vezes parecem apresentar um interesse reduzido por estas, há tentativas malsucedidas no contato social, além da dificuldade de organização, planejamento e certa inflexibilidade de comportamentos;
Nível II
Exige apoio substancial havendo prejuízos sociais aparentes, limitações para iniciar e manter interações, inflexibilidade de comportamento e dificuldade para lidar com mudanças;
Nível III
Exige muito apoio substancial, havendo déficits graves nas habilidades de comunicação social, inflexibilidade de comportamento e extrema dificuldade com mudanças.

Fonte: Fernandes; Tomazelli e Girianelli (2020).

A partir da classificação dos níveis de suporte, observa-se a importância das unidades informacionais, como bibliotecas físicas ou digitais, estarem aptas e preparadas para atender as necessidades dos indivíduos com TEA.

A identificação do nível de apoio necessário possibilita que as práticas de inclusão respeitem a individualidade e promovam a participação ativa desses usuários. É imprescindível planejar serviços e recursos acessíveis que considerem as limitações e potencialidades de cada indivíduo, garantindo o direito à informação e a comunicação.

Em 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764 /27, também conhecida como “Lei Berenice Piana”, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que representa um marco importante na consolidação dos direitos das pessoas com TEA no Brasil. A legislação assegura-lhes o acesso a direitos fundamentais como a garantia ao diagnóstico precoce, ao atendimento multiprofissional e à educação.

De acordo com a Lei, “é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica” (BRASIL, 2012). Especificadas nos incisos I e II como:

- I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
- II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Esses critérios reforçam a necessidade de um olhar atento e especializado para o diagnóstico precoce, possibilitando a oferta das intervenções adequadas e o pleno exercício dos direitos desses indivíduos. Dessa forma, a legislação também estabelece diretrizes para a inclusão e o respeito as diferenças.

5 AS CINCO LEIS DE RANGANATHAN FRENTE ÀS ESPECIFICIDADES/NECESSIDADES DOS AUTISTAS

As cinco leis da biblioteconomia, propostas por Ranganathan, consolidaram-se como uma base teórica para o funcionamento das bibliotecas e a organização da informação. Esses princípios destacam a importância do acesso aos livros, da personalização no atendimento aos usuários e da constante adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. Figueiredo (1992, p. 186) explica que:

Essas leis forneceram-lhe [a Ranganathan] a moldura conceitual para desenvolver diversos princípios normativos, cânones, técnicas, práticas etc., essenciais para a organização de bibliotecas e serviços, segundo linhas científicas (Figueiredo, 1992, p. 186).

Com as transformações sociais e o crescente aumento das discussões sobre inclusão e acessibilidade, surgem novas demandas no cenário biblioteconômico, essas demandas envolvem consolidar e adaptar não só os espaços físicos. Nesse contexto, as leis de Ranganathan

adquirem novos significados, sendo reinterpretadas para atender às necessidades de públicos diversos, incluindo pessoas com TEA.

A seguir, as cinco leis de Ranganathan são analisadas sob a perspectiva da adaptação para pessoas com TEA:

Quadro 2 – As Leis de Ranganathan para Pessoas com TEA

1.OS LIVROS SÃO PARA USAR	A informação deve estar disponível em formatos acessíveis para atender as demandas informacionais dos usuários com TEA.
2. A CADA LIVRO O SEU LEITOR	Todo e qualquer conteúdo e/ou informação deve estar devidamente organizado e indexado, permitindo que cada usuário encontre os recursos adequados às suas necessidades.
3. A CADA LEITOR O SEU LIVRO	As plataformas informacionais devem ser responsivas, ou seja, devem oferecer interfaces intuitivas para as pessoas com autismo.
4. POUPE O TEMPO DO LEITOR	Otimização do tempo com a navegação intuitiva e sistemas eficientes e adaptáveis, reduzindo as barreiras tecnológicas e garantindo o acesso à informação.
5. A BIBLIOTECA É UM ORGANISMO EM CRESCIMENTO	Os ambientes digitais devem ser aprimorados constantemente com as tecnologias assistivas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ranganathan *apud* Sousa; Targino (2016).

A primeira lei de Ranganathan - os livros são para usar - destaca que, os acervos devem estar disponíveis para uso efetivo pelos usuários. A ideia central é combater práticas que restringem o acesso, como acervos armazenados em locais de difícil acesso ou protegidos por barreiras desnecessárias, impossibilitando o seu acesso. No contexto atual, essa lei pode ser

ampliada para incluir outros formatos de informação e materiais adaptados, como audiolivros, livros em braille e a adoção de *softwares* acessíveis. Nesse sentido, Sousa e Targino (2016) destacam que:

Se as coleções existem para serem utilizadas, devem estar acessíveis em ambientes que permitam seu uso, incluindo os recursos de acessibilidade para quem mantém necessidades especiais, o qual, quase sempre, precisa contar com o uso de rampas, elevadores e aparatos semelhantes. É provável que, em 1928, Ranganathan não tenha incluído expressamente o tema da acessibilidade (Souza; Targino, 2016, p. 15).

Dessa forma, é evidente que a acessibilidade aos acervos transcende a simples disponibilização de materiais, exigindo uma infraestrutura física e tecnológica que permita a inclusão de todos os usuários, independentemente de suas condições ou necessidades. A evolução dos conceitos de acessibilidade reflete o compromisso das unidades de informação com a democratização do conhecimento, ampliando o alcance dos acervos e promovendo o direito à informação como um bem universal. Assim, garantir acesso efetivo e inclusivo não é apenas uma questão técnica, mas também ética e social.

A segunda lei - a cada leitor, seu livro - enfatiza a importância de oferecer aos usuários materiais que atendam às suas necessidades e interesses específicos, valorizando a individualidade e a diversidade. Isso implica disponibilizar acervos em múltiplos idiomas e temáticas, além de promover a inclusão de comunidades marginalizadas. A lei reforça o papel das bibliotecas como espaços acessíveis e inclusivos, garantindo que cada usuário encontre recursos adequados às suas particularidades, sejam elas sensoriais, cognitivas, motoras ou culturais.

Nessa perspectiva, Costa e Oliveira (2022), enfatizam:

A partir do momento em que se tem conhecimento de quem é esse usuário, do que ele precisa para utilizar e frequentar as UI e quais são as suas demandas informacionais, entende-se que os seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos poderão ser melhor dispostos para um atendimento de qualidade. Dispondo, assim, de uma equipe mais capacitada, modernizando os serviços, realizando adaptações em seus espaços e adquirindo livros (informações) para leitor certo (Costa; Oliveira, 2022).

A terceira lei - a cada livro, seu leitor - complementa a segunda, indicando que todo material da biblioteca possui um público específico e que é papel do bibliotecário facilitar essa conexão, destacando esse profissional como um mediador entre o livro e o seu leitor. Dessa maneira, Sampaio (2019) discorre que:

A biblioteca deve buscar ativamente conhecer seu usuário e prestar o melhor serviço possível, oferecendo um espaço físico acolhedor e acessível, acervo atualizado, equipamentos modernos, projetos culturais dentre outras ações, pois, se o livro é o passaporte para viagens incríveis, logo, a Biblioteca deveria ser o paraíso (Sampaio, 2019, p. 17).

Nesse sentido, as bibliotecas podem empregar tecnologias assistivas e ferramentas de busca acessíveis para direcionar os usuários aos materiais adequados. Paralelamente, iniciativas educativas e culturais inclusivas têm o potencial de aproximar os acervos de leitores que antes enfrentavam barreiras de acesso.

A quarta lei - poupe o tempo do leitor - aborda a necessidade de eficiência e simplicidade nos serviços da biblioteca, onde objetivo é garantir que os usuários tenham acesso rápido e fácil aos materiais de que precisam. No contexto da acessibilidade, isso inclui eliminar barreiras físicas e digitais que dificultam o acesso. Sinalizações claras e inclusivas (táteis, visuais e sonoras), interfaces digitais acessíveis e profissionais treinados para atender pessoas com deficiência são estratégias que aplicam essa lei.

A quinta e última lei - a biblioteca é um organismo em crescimento -, reconhece que as bibliotecas estão em constante evolução, adaptando-se às mudanças tecnológicas, culturais e sociais. Para Souza e Targino (2016):

O próprio corpo técnico-administrativo precisa se adaptar e dominar novos métodos, técnicas, equipamentos, softwares e outras tecnologias, sempre com o intuito primordial de suprir as demandas informacionais do público, em obediência aos preceitos que rondam a gestão da informação e a gestão do conhecimento nas organizações, com a inclusão da gestão das próprias tecnologias (Souza; Targino, 2016, p. 26).

Sob a ótica da inclusão, essa lei sugere que as bibliotecas devem se atualizar continuamente para incorporar práticas inclusivas. Isso inclui a adoção de novas tecnologias, a criação de políticas de acessibilidade e a busca por diversidade nos acervos e serviços. Isto posto, as cinco leis de Ranganathan servem como um guia flexível e universal para a prática biblioteconômica. No cenário atual, elas encontram novas interpretações que reforçam a necessidade de inclusão e acessibilidade. Adaptar esses princípios às realidades atuais significa garantir que as bibliotecas continuem a desempenhar seu papel fundamental como espaços democráticos de acesso à informação e conhecimento para todos. É com esta análise que Sousa e Targino (2016), reforçam essa relação:

Estes [preceitos] persistem como essenciais até os dias de hoje para quem consegue visualizar, na Biblioteconomia, chance inigualável de exercer a cidadania e lutar pelo acesso universal, oportunizando aos cidadãos

informações compatíveis às suas demandas informacionais [...] (Souza; Targino, 2016, p. 12).

Dessa forma, percebe-se que as leis de Ranganathan permanecem atuais e pertinentes mesmo diante das transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas. Criadas em um contexto diferente do que vivemos hoje, elas continuam relevantes na prática bibliotecária, especialmente quando discutimos sobre a diversidade e especificidades dos indivíduos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada por meio da Base de Dados da Ciência da Informação (BRAPCI) – base que reúne a produção científica nas áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia - no recorte temporal de 2014 a 2024, evidenciou a escassez de publicações científicas que abordam, de maneira direta e aprofundada, as necessidades informacionais de usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Figura 1 – Portal da BRAPCI



Fonte: Base de Dados de Ciência de Informação (BRAPCI), 2025.

A princípio, fez-se o levantamento das produções científicas sobre o Transtorno do Espectro Autista e Autismo, resultando em 14 artigos.

Quadro 3 – Produções Científicas sobre Transtorno do Espectro Autista e Autismo

AUTORIA	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Marcos Pastana Santos; Cládice Nóbile Diniz;	Acessibilidade informacional para	2017	Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Edicléa Mascarenhas Fernandes	usuários com Transtorno do Espectro Autista na biblioteca.		Acessibilidade Informacional. Competência informacional. Biblioteca.
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	Reflexões sobre o currículo funcional/natural e o PECS-Adaptado no processo de inclusão do aluno com autismo	2017	Inclusão escolar. Autismo. Programa educacional. Currículo funcional/natural. Comunicação alternativa.
Natasha Coutinho Revoredo Ribeiro; Esther Hermes Luck	A biblioterapia como recurso auxiliar no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista (TEA)	2018	Biblioterapia. Leitura terapêutica. Mediação da leitura. Transtorno do Espectro Autista.
Marcos Pastana Santos; Cládice Nóbile Diniz	A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar	2018	Transtorno de Espectro Autista. Biblioteca escolar. Letramento informacional. Desenho universal.
Rafael Moura Toscano; Valdecir Becker	Mapeamento sistemático: sistemas audiovisuais para o ensino de crianças com o transtorno do espectro autista	2019	Sistemas audiovisuais; Habilidades sociais; Autismo; Crianças; Vídeos; Jogos.
Robson Celestino Prychodco; Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt	Redes sociais sobre Transtorno do Espectro Autista no Facebook como suporte interpessoal: implicações nos processos de governança em saúde	2019	Rede social; Governança clínica; Relações interpessoais; Transtorno do espectro autista; Apoio social.

Renata Kelly Oliveira Sampaio; Gabriela Belmont de Farias	Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista	2020	Transtorno do Espectro Autista. Biblioteca Escolar. Biblioteca Inclusiva. Tecnologia Assistiva. Atuação Bibliotecária.
Adriana Teixeira Ferreira; Patrícia Mallmann Souto Pereira	O protagonismo social das pessoas com transtorno do espectro autista no ensino superior: a mediação da informação realizada pelo coletivo autista da universidade federal do rio de janeiro	2022	Transtorno do Espectro Autista (TEA); Ensino Superior; Coletivo Autista da UFRJ (CAUFRJ); Mediação da Informação; Protagonismo Social.
Lizandra Brasil Estabel; Cátia Vaz	A comunicação aumentativa e alternativa na educação infantil e a produção científica no Brasil e em Portugal	2022	Acessibilidade. Comunicação alternativa e aumentativa. Educação infantil. Inclusão.
Danielle da Silva Pinheiro Wellichan; Kátia de Abreu Fonseca	Inclusão de usuários com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista em bibliotecas universitárias	2023	Deficiência intelectual; Transtorno do Espectro Autista; Bibliotecas universitárias; Usuário com deficiência; Educação especial.
Laís Fagundes Moraes; Samanta Ribeiro Freire; Giovanni do Nascimento Castro Filho; Christian Fernandes de Deus; Dárlinton Barbosa Feres Carvalho	Desenvolvimento do aplicativo TEAPP: monitorando crises em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	2023	TEA; gatilhos; crises; registro; Cuidadores.

Mariana Senhorini Caron; Monica Mombelli	A biblioteca universitária e a comunidade acadêmica autista: revisão integrativa sobre inclusão	2023	Biblioteca universitária. Acessibilidade. Transtorno do Espectro Autista.
Magali Lippert da Silva Almeida	Seleção de obras literárias infantis para crianças com Transtorno do Espectro Autista: reflexões sobre suportes e formas de apresentação	2024	Transtorno do Espectro Autista; seleção de acervos infantis; mediação de leitura; desenvolvimento de coleções; inclusão.
Bárbara Gabriella da Silva Paiva; Rosalvo Nobre Carneiro	Ética discursiva, inclusão do autismo e inteligência artificial	2024	Autismo. Inteligência Artificial. Inclusão. Ética.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A análise dos resultados obtidos, revela a diversidade das abordagens, abrangendo diferentes contextos e contribuindo para o aprofundamento de diversas perspectivas acerca do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Autismo.

Para a realização do levantamento sobre inclusão digital e acessibilidade, foram aplicados filtros por data (2014 – 2024), e utilizados operadores booleanos, especialmente o AND, com o objetivo de refinar e ampliar os resultados.

As expressões aplicadas combinaram os termos “inclusão digital” AND “acessibilidade”, “Inclusão digital” AND “Transtorno do Espectro Autista”, “Acessibilidade” AND “Autismo”.

A seguir, apresenta-se um quadro dos artigos identificados na base de dados, contendo informações sobre autoria, título, ano de publicação, área e palavras-chave.

Quadro 4 – Produção Científica sobre Inclusão Digital e Acessibilidade (2014 – 2024)

AUTORIA	TÍTULO	ANO	PALAVRAS-CHAVE
Júlio Afonso Sá de Pinho Neto	A inclusão digital para deficientes visuais do setor braille da biblioteca central da UFPB	2014	Inclusão Digital. Setor Braille. Tecnologias assistivas. Informação.

M.E.S. Barbosa; L.C. FREITAS	O acesso ao livro digital por pessoas com deficiência visual: o formato Epub e seu caráter inclusivo e acessível	2014	Acessibilidade. E-book. Formato Epub. Livrarias On-Line. Livro Acessível. Livro Digital.
Ítalo José Bastos Guimarães; Marckson Roberto Ferreira de Souza	Acessibilidade em websites de comércio eletrônico: avaliação através da interação com usuários cegos na Paraíba	2015	Acessibilidade na web. Comércio eletrônico. Usuários cegos. Teste de acessibilidade.
Rodrigo Oliveira de Paiva; Alegria Benchimol; Tania Chalhub; Cassia Cordeiro Furtado	Breves apontamentos sobre um repositório digital bilingue (português-libras): o caso do repositório digital Huet	2019	Surdo. Repositório digital Huet. Inclusão digital. Acessibilidade.
Daniel Alves Lopes; José Lauro Martins	Acessibilidade web: uma avaliação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Tocantis	2022	Acessibilidade web. Tecnologias assistivas. Acesso à informação.
Maria das Graças Pimentel; Marieta Carvalho	Inclusão digital e usuários com deficiência visual no DF: estudo de acessibilidade na sociedade da informação.	2023	Acessibilidade. Ambientes digitais. Ciência da Informação. Deficiência visual. Educação. Exclusão social. Inclusão digital. Políticas públicas. Sociedade da

			informação. Tecnologia assistiva.
Cássio Teixeira de Morais; Denise Aparecida Freitas de Andrade; Priscila Machado Borges Sena; Washington Luís Ribeiro de Carvalho Segundo; Bianca Amaro	Proposta de avaliação da acessibilidade em websites de comunicação científica	2024	Acessibilidade digital. Inclusão digital. Comunicação científica.
Nilson Barbosa de Oliveira	A ciência aberta e aplicação dos princípios fair em políticas públicas: promovendo a inclusão digital e equidade de acesso a dados para portadores de baixa visão e necessidades especiais	2024	Ciência aberta; princípios FAIR; inclusão digital.
Letícia Carvalho de Mattos Marinho; Jessica Norberto Rocha	Acessibilidade, pessoas com deficiência, museus e exposições on-line: tendências em uma revisão bibliográfica	2024	Acessibilidade. Museus. Tecnologia Assistiva. Inclusão digital. Tecnologias da informação e comunicação.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Ao analisar os dados, observa-se que apenas a primeira expressão “Inclusão digital” AND “Acessibilidade”, resultou em 10 artigos. Os termos “Inclusão digital” AND “Transtorno do Espectro Autista” e “Acessibilidade” AND “Autismo” não retornaram resultados específicos sobre usuários com TEA.

A ampliação do debate sobre a inclusão digital e a acessibilidade ainda é necessária, especialmente quando se trata de pessoas com autismo. A ausência de pesquisas voltadas a esse

público revela uma lacuna na literatura científica, principalmente na Biblioteconomia que tem como missão promover o acesso à informação.

Dessa forma, conclui-se que as discussões sobre acessibilidade, considerem o tema da neurodiversidade — em especial o autismo — e avancem na construção de ambientes informacionais inclusivos e atentos às demandas cognitivas, sensoriais e comunicacionais desses indivíduos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que, embora haja avanços em relação à acessibilidade, as produções científicas ainda não abordam diretamente as especificidades dos usuários com TEA. Considerar as particularidades cognitivas, sensoriais e comunicacionais das pessoas autistas, adotando tecnologias assistivas e estratégias de mediação que favoreça a autonomia e o protagonismo desses indivíduos. Vale ressaltar que a incorporação de tecnologias digitais não assegura, por si só, a democratização da informação. Sem o compromisso efetivo com a acessibilidade e a inclusão, as inovações tecnológicas podem, ao contrário, ampliar ainda mais a desigualdade.

As cinco leis da Biblioteconomia, quando reinterpretadas à luz da inclusão, demonstram sua atemporalidade e capacidade de orientar práticas que contemplem a diversidade dos usuários. Este trabalho contribui para a reflexão crítica sobre o papel dos bibliotecários enquanto agentes de transformação social e mediador da inclusão informacional, e reforçando a necessidade de políticas informacionais mais sensíveis às demandas da neurodiversidade.

Portanto, garantir o acesso à informação de forma ética, justa e acessível é um compromisso inegociável das unidades de informação e dos profissionais da área. Diante das lacunas identificadas nesta pesquisa, sugere-se futuras investigações para o desenvolvimento de metodologias específicas para o atendimento voltado aos usuários com Transtorno do Espectro Autista. Investigações que abordem a eficácia das tecnologias assistivas, a formação dos profissionais da informação e como ocorre a mediação informacional.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria José de. *et al* (2023). Inclusão Digital e Educação: equidade e acesso. **Revista Internacional De Estudos Científicos**, 1(2), 124–149. Disponível em: <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/riec/article/view/120>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/referencias-bibliograficas#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2012.764%2C%20de%2027,6%20de%20julho%20de%202015>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan**: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/24988>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. **Diagnóstico de autismo no século XXI**: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, v. 31, p. e200027, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 mar. 2020.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, 1992. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/430>. Acesso em: 19 mar. 2025.
- LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; SANTOS, Bruna Daniela Dias Rocchetti. **Sociedade da informação e inclusão digital**: uma análise crítica. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3143>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n3/621-626/pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- OLIVEIRA, Juliana Gonçalves. Autismo e Tecnologia: uma revisão crítica da literatura sobre inclusão digital. **Monografia** (Graduação) – Instituto Federal Goiano. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/4067>. Acesso em: 10 abr. 2025.

REIS, Marivaldiva Bulcão. Biblioteca universitária pública e a disseminação da informação. 2008. 244f – **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7932>. Acesso em: 19 mar. 2025.

SOARES, Simária de Jesus. *et al.* **O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem.** 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_145.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

SOUSA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco Leis da Biblioteconomia / Cinco Leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 11–29, 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334> Acesso em: 19 mar. 2025.

SPUDEIT, Daniela; MORAES, Marielle de (Orgs.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI.** São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 278 p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.